



SOBRE O DISCURSO

Colin MacCabe¹

Tradução de Renata Campello Teitelroif²

Resumo: O presente artigo³ tenciona contribuir para a teorização das relações entre subjetividade e linguagem através de uma investigação do uso do termo “discurso” no trabalho de dois linguistas: Émile Benveniste e Zellig Harris. Consideram-se os aspectos positivos do destaque de Benveniste para a intersubjetividade, bem como os problemas levantados pela falha em compreender a divisão necessária do

¹ Doutor em Educação pela Trinity College/Universidade de Cambridge. Professor Emérito na Universidade de Pittsburgh, Pensilvânia. Membro do comitê de direção do Keywords Project (Universidade de Pittsburgh/Universidade de Cambridge).

² Doutoranda em Linguística e Psicanálise pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do grupo de pesquisa Discurso e Arquivo (DARQ).

³ A primeira versão deste artigo foi apresentada em novembro de 1976 na sessão de abertura do seminário sobre “Relações Sociais e Discurso” organizado por Paul Q. Hirst e Sami Zubaida no Birkbeck College, em Londres. Sou grato aos que participaram da discussão. Beneficiei-me, igualmente, de conversas com Michel Pêcheux na elaboração da versão final. O objetivo por trás deste artigo e do trabalho que ele representa era tornar claro para mim mesmo, e possivelmente para outros, o que estava teórica e politicamente em jogo no uso do termo “discurso” e, em particular, investigar o uso do termo na linguística (um artigo relacionado (MacCabe, 1978) considerou o discurso em relação à análise do cinema). Se esta tarefa parecia necessária em 1976, agora faz-se urgente na esteira de uma série de polêmicas em torno desse termo. Essas polêmicas centraram-se no conjunto de trabalhos geralmente referidos como “Hindess e Hirst” (isso inclui trabalhos individuais e coletivos de Barry Hindess e Paul Q. Hirst, bem como “Marx's Capital and Capitalism Today” (1978), escrito em conjunto com Athar Hussain e Tony Cutler). Qualquer trabalho que discuta o termo discurso provavelmente será lido em relação a esses ataques e, portanto, é importante afirmar que, na medida em que os ataques a esse trabalho geralmente se limitaram a acusações de academicismo e idealismo a partir de uma posição de um marxismo piedoso que fede a universidade, eles não têm, espera-se, nada em comum com este artigo. O trabalho de Hindess e Hirst (para usar o nome genérico) marca uma recusa constante das divisões acadêmicas (filosofia, economia, sociologia, política) em favor de um compromisso político com uma compreensão dos problemas da construção do socialismo na Grã-Bretanha contemporânea. Se, no entanto, não há dúvidas de que este artigo representa um ataque a esse trabalho, ele marca uma tentativa de desenvolver um conceito de discurso que está em desacordo com as formulações do capítulo dedicado à epistemologia em “Modo de Produção e Formação Social” (1977). Especificamente, essa diferença gira em torno da necessidade de dar conta do sujeito na análise do discurso. Tal abordagem, como resta claro na seção final deste artigo, enfatiza a especificidade das formações discursivas e, em particular, o problema do posicionamento e representação do corpo.

sujeito na linguagem. O trabalho de Harris fornece procedimentos formais que analisam o discurso independentemente de interpretações subjetivas. No entanto, sem uma teoria das instituições ou da ideologia, a constituição do *corpus* a ser analisado não encontra justificção fora de um empirismo banal. As possibilidades e problemas da tentativa de Michel Pêcheux de elaborar o trabalho de Harris em relação à teoria da ideologia de Althusser ocupam a seção final do artigo.

Etimologicamente, “discurso” tem origem no verbo latino *discurrere*, correr por aí, seguir para várias partes. Na língua inglesa, provavelmente derivou da forma francesa *discourir*. Esta genealogia específica é mais indicativa do que pode parecer à primeira vista, uma vez que o discurso, tal como o termo é empregado na retórica clássica, enfatiza a linguagem⁴ como movimento, como ação. Se os retóricos se preocupavam com apreender a linguagem para poder especificar as diversas relações nas quais as palavras poderiam entrar, para classificar suas figuras e tópicos, o discurso constituía tanto o objeto quanto o objetivo do estudo. A retórica começou e terminou com a confluência das formas e dos sujeitos em uma elocução contínua – em, exatamente, um discurso. É nesta perspectiva que podemos considerar o discurso como indício da articulação da linguagem sobre unidades maiores que a sentença.

As principais divisões da retórica realizam exatamente essas divisões supra-sentenciais: *exordium*, *narratio*, *argumentatio*, *refutatio*, *peroratio* (Curtius, 1953: 70). Um conjunto particular de articulações produzirá um campo de discursividade – o local da possibilidade de prova e de refutação – vale lembrar que o estudo da retórica encontrou sua lógica inicial em relação às formas de direito popular (cf. Barthes, 1970: 175). É a esta noção de discurso que a “Cahiers pour L'Analyse” se referiu quando, na advertência ao primeiro número, Jacques-Alain Miller definiu a incumbência da revista como a constituição de uma teoria do discurso, especificando que por discurso “entendemos um processo de linguagem que a verdade restringe” (1966: 4). E, em uma referência ao conteúdo desse primeiro número da revista, Miller esclareceu que a coerção da verdade tem como corolário inevitável a produção de um sujeito, um sujeito dividido pelo próprio processo de linguagem que o invoca a existir.

⁴ Nota da tradutora: No inglês, o termo “*language*” é empregado para referir-se tanto à linguagem quanto à língua. O termo “*tongue*” para referir-se à língua existe, mas é incomum. Optei por traduzir “*language*” por *linguagem* (compreensão mais ampla da “faculdade simbólica”) – exceto em casos onde o contexto sugeriu-me que “*language*” se tratava de *língua* enquanto idioma ou determinado sistema linguístico. Mantive “*langue*” (conceito saussuriano) em francês, bem como todos os termos em francês empregados pelo autor. Correspondem, em sua maioria, a conceitos teóricos.

É esta divisão do sujeito na linguagem, uma divisão presente no conceito lacaniano do significante, que é essencial para a elaboração de qualquer teoria do discurso. Sem ela, e quaisquer que sejam suas possibilidades lexicais, o termo “discurso” já não indica o(s) local(is) das articulações da linguagem e da sociabilidade, mas funciona simplesmente como uma cobertura para um formalismo linguístico ou um subjetivismo sociológico. Os linguistas Zellig Harris (1952) e Émile Benveniste (1971) servirão como exemplos resultantes destes perigos alternativos. Se o conceito lacaniano de significante se articula como suporte inicial para o argumento, as considerações adiante exigirão novas questões, as quais levarão, por meio da consideração da obra de Michel Pêcheux, ao problema da política do significante.

Émile Benveniste e o estatuto do sujeito

O uso de discurso por Benveniste enfatiza a referência lexical ao uso intersubjetivo da linguagem. Em seu famoso artigo sobre a relação dos tempos verbais em francês, o autor enfatiza que “o discurso deve ser entendido no seu sentido mais amplo: cada enunciado pressupõe um locutor e um ouvinte, e, no locutor, a intenção de influenciar o outro de alguma maneira” (Benveniste, 1971: 208-209). Tal uso pessoal da linguagem deve ser diferenciado do modo impessoal da *histoire*. Benveniste utiliza essa distinção para explicar os tempos verbais do francês. Seu ponto de partida é a aparente redundância de formas do pretérito que mudam conforme se fala ou se escreve. A forma empregada na língua falada é um pretérito composto formado pelo verbo *avoir* (ter) e o particípio passado (doravante denominado *perfeito*), que na escrita é uma flexão distinta do verbo (doravante denominado *aoristo*).

É um lugar-comum entre falantes nativos e linguistas que o aoristo, que é a forma mais antiga, está desaparecendo e será substituído, com o tempo, pelo perfeito. É este lugar-comum que Benveniste se ocupa em contestar. Benveniste deseja demonstrar que, apesar do longo processo de desaparecimento do aoristo na língua falada, não há dúvidas de que ele está igualmente ameaçado na língua escrita, e isto porque, apesar das aparências, desempenha uma função diferente da forma perfeita. A determinação do futuro do aoristo não se dá por estudos estatísticos, mas por uma necessária compreensão do sistema de tempos verbais no francês. A dupla entrada para o pretérito não é uma redundância que a língua tenha demorado a remediar, mas a visível evidência do fato de que existem dois sistemas de tempos verbais separados que

são diferenciados pela relação do locutor/escritor (doravante denominado *sujeito da enunciação*) com o que se diz (doravante denominada *enunciado*).

A partir dessa relação, Benveniste cunha *histoire*⁵: “os acontecimentos que ocorreram num determinado momento são apresentados sem qualquer intervenção do locutor na *história*” (1971: 206). Os tempos dessa relação são o imperfeito (com o qual Benveniste inclui o condicional), o aoristo e o mais-que-perfeito, juntamente com o presente intemporal de definição e um tempo composto que Benveniste sugere chamar de prospectivo. Benveniste observa que estes três tempos básicos articulam perfeitamente o mundo da *histoire* e o demonstra com citações de um texto histórico e de um romance de Balzac (exemplos que, como veremos, possuem muito mais relevância do que Benveniste lhes atribuiria):

Não há razão para que mudem enquanto durar a narrativa histórica, além disso, não há razão para a narrativa parar, uma vez que podemos imaginar todo o passado do mundo como uma narrativa contínua, inteiramente construída de acordo com esta tripla correlação de tempos verbais: aoristo, imperfeito e mais-que-perfeito. É suficiente e necessário que o autor permaneça fiel ao seu propósito de historiador e que proscrisse tudo o que é estranho à narrativa dos acontecimentos (discursos, reflexões, comparações). De fato, nem sequer há mais um narrador. Os acontecimentos são apresentados cronologicamente, conforme ocorreram. Ninguém fala aqui; os acontecimentos parecem narrar-se a si próprios. O tempo fundamental é o aoristo, que é o tempo do acontecimento fora da pessoa de um narrador (1971: 208).

Esta é a relação impessoal que se opõe ao *discours*. A *histoire* não produz nenhum envolvimento do sujeito da enunciação no enunciado, ao passo que é a própria definição de *discours*. Na fala, os tempos verbais estão sempre relacionados com a instância presente e devem, portanto, dar lugar a um tempo que defina seu passado em termos do presente: “Como o presente, o perfeito pertence ao sistema linguístico do discurso, uma vez que a marca temporal do perfeito é o momento do discurso, enquanto a marca do aoristo é o momento do acontecimento” (1971: 210). Ao distinguir assim as duas formas do passado no francês, Benveniste é capaz de explicar mais características do sistema de tempos verbais. Particularmente, o linguista demonstra como os tempos compostos secundários são produzidos em resposta à pressão criada em torno das formas de primeira pessoa dos dois pretéritos⁶.

⁵ Nota da tradutora: A tradução padrão do termo benvenisteano *histoire* em inglês é “narrative”. Tal tradução perde a força do termo francês, que combina o sentido de História e história contada. Portanto, MacCabe optou por mantê-lo em francês. Fiz o mesmo, embora não tenhamos essa perda em português.

⁶ As explicações das relações entre tempos compostos e simples encontraram dificuldades porque não foram capazes de analisar as duas funções dos tempos compostos e a forma como essas funções distintas se intersectam com a

Não por acaso, Benveniste isola a primeira pessoa como a articulação crucial no desenvolvimento histórico da linguagem: é a categoria de pessoa que fornece o campo dentro do qual as distinções de Benveniste acerca dos tempos verbais são articuladas. Por um lado, existe o mundo do *discours*, o mundo de *je/tu* (eu/tu). Por outro, está o mundo sem pessoa, o mundo da *histoire*, o mundo do *il* (ele). É a ênfase na pessoa que liga este artigo aos demais coletados na Seção 5 de “Problemas de Linguística Geral”. O tema constante desta seção é que a estrutura aparentemente regular das três pessoas em muitas línguas indo-europeias é grosseiramente enganosa para a análise de pessoa verbal. Na verdade, não existem três pessoas, mas duas *je/tu* que se encontram em oposição a um reino da “não-pessoa” *il*. Benveniste encontra uma percepção disso em uma análise de pessoa verbal feita pelo gramático árabe que distingue a primeira e a segunda pessoa, “aquele que fala” e “aquele a quem se fala”, da terceira, “aquele que está ausente”. Esta divisão marca a assimetria entre as pessoas, uma assimetria que encontra ainda mais respaldo no fato de que, em muitas línguas, a terceira pessoa não é marcada em relação à primeira e à segunda, além de que o pronome da terceira pessoa não é um fenômeno universal.

divisão entre *histoire* e *discours*. Por um lado, os tempos compostos são todos “perfeitos”, ou seja, todos denotam uma ação como “realizada” com relação à situação “atual” que resulta dessa realização. Como perfeitos, os tempos compostos podem ocorrer fora de quaisquer relações de subordinação. Mas os tempos compostos servem a uma segunda função, que é indicar anterioridade, e esta anterioridade é posta em relação à forma simples correspondente do verbo. Isso significa que, em sua função anterior, os tempos compostos só podem ocorrer em uma oração subordinada para a qual a oração principal usa a forma simples correspondente. Além disso, os tempos compostos se encontram articulados dentro de um sistema duplo de relações. Enquanto os tempos que denotam “realização” se encontram em oposição aos outros tempos compostos, ao expressar “anterioridade”, eles são simplesmente definidos em relação à sua forma simples correspondente. Com essa distinção em mente, podemos entender como a substituição do aoristo pelo perfeito na fala criou certas tensões dentro do sistema verbal. O ponto de pressão entre o aoristo e o perfeito ocorreu nas formas rivais de primeira pessoa, e.g., *je fis* e *j’ai fait*. Na medida em que o domínio de *histoire* exclui a pessoa, então *je fis* é inadmissível nesse domínio, mas na medida em que é o aoristo, é excluído do domínio de *discours*. Há um deslizamento do realizado do presente – *j’ai fait* – para um passado simples. Mas se *discours* ganha uma distinção temporal, perde uma distinção funcional. Em si, *j’ai fait* é um perfeito que fornece tanto a forma do perfeito quanto a forma de anterioridade para o presente *je fais*. Mas quando *j’ai fait*, a forma composta, torna-se o “aoristo do discurso”, ela assume a função da forma simples, com o resultado de que *j’ai fait* é às vezes perfeito, um tempo composto, e às vezes aoristo, um tempo simples. O sistema remediou essa dificuldade recriando a forma ausente. Ao lado do tempo simples *je fais* está o tempo composto *j’ai fait* para a noção de perfeito. Não obstante, uma vez que *j’ai fait* assume o papel de um tempo simples, há a necessidade de um novo tempo composto que, por sua vez, expressará o perfeito; este será o composto *secundário j’ai eu fait*. Funcionalmente, *j’ai eu fait* é o novo perfeito de um *j’ai fait* que se tornou o aoristo. Tal é o ponto de partida para os tempos compostos secundários (Benveniste, 1971: 2 14-2 15).

O argumento até agora delineado parece calcar sua análise em uma distinção entre funções subjetivas e objetivas na língua. A língua é a combinação de dois sistemas autônomos que se cruzam: o mundo da primeira e da segunda pessoa define um domínio subjetivo de *discours* com um sistema de tempos verbais relacionado ao momento da fala, e o mundo da terceira pessoa define um domínio objetivo da *histoire* com um sistema de tempos verbais relacionado ao momento do evento. Deve-se notar que, mesmo tendo em conta os pressupostos de Benveniste, a distinção sofre certas fraquezas cruciais. Primeiramente, verifica-se a ocorrência da terceira pessoa no âmbito do *discours*, um constrangimento que engendra alguns dos argumentos mais fracos de Benveniste: embora não se explicita, a relação de pessoa está presente por todo lugar no *discours*; é somente com a *histoire* que alcançamos o “verdadeiro” reino da não-pessoa (1971: 209). Em segundo lugar, e igualmente grave, está o fato de que o tempo âncora do *discours*, o presente, ocorre dentro da *histoire*; ocorrência que Benveniste chama de “presente intemporal como o ‘presente da definição’” (1971: 207).

No entanto, além de tais inconsistências internas, há críticas mais sérias a serem feitas a todo o projeto. Benveniste falha em considerar a relação entre os dois sistemas que não recaiam no par subjetivo/objetivo. O objetivo, como sempre nessa concepção, torna-se a eliminação dos efeitos contingentes da subjetividade para chegar às relações necessárias subjacentes. A linguagem, com igual familiaridade, é definida como um simples espelho para refletir a realidade, tornando-se opaca quando o reino da razão é perturbado pelas ilogicidades da paixão. Esta caricatura é feita para destacar a semelhança desta posição com a tradicional degradação da ordem da linguagem em relação ao falante (retórica) em oposição à ordem da linguagem em relação aos fatos (lógica). Resta claro que a caricatura em questão captura ao menos alguns dos elementos da posição de Benveniste nas seções do artigo acerca do uso de pronomes:

Se cada locutor, no intuito de exprimir o sentimento que tem de sua subjetividade irreduzível, utilizasse um sinal indicativo distinto (assim como cada estação de rádio possui seus próprios indicativos de chamada), existiriam tantas línguas quantos indivíduos e a comunicação se tornaria absolutamente impossível. A linguagem afasta este perigo ao instituir um signo único, mas móvel, o *eu*, que pode ser assumido por cada falante desde que se refira sempre apenas à instância do seu próprio discurso (1971: 220).

Esta formulação aproxima-se perigosamente da concepção de pronomes de Port-Royal, a qual sustenta que os pronomes são usados simplesmente para evitar repetições desnecessárias,

mas nenhuma efetividade própria lhes é concedida (cf. Arnould e Lancelot, 1969: 43-44). Uma concepção, diga-se de passagem, que informa toda a teoria do discurso de Port-Royal. Mas a posição de Benveniste é mais ambígua por considerar os pronomes “absolutamente” essenciais para a função da linguagem, muito embora não ofereça qualquer justificação teórica para este caráter absoluto. É quando o linguista aborda diretamente a questão da subjetividade na linguagem que essas contradições se manifestam mais claramente. Uma vez que, embora a distinção entre *discours* e *histoire* pareça, em última análise, basear-se numa distinção clara entre o sujeito que utiliza a linguagem e a própria linguagem, Benveniste recusa explicitamente tal posição num artigo escrito praticamente ao mesmo tempo:

Inclinamo-nos sempre a uma concepção ingênua de um período primordial em que um homem completo descobriu um semelhante igualmente completo, e entre os dois a linguagem foi sendo elaborada pouco a pouco. Isto é pura ficção. Nunca atingimos o homem separado da linguagem e nunca o vemos inventando-a [...]. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem fornece a própria definição de homem (1971: 224).

É evidente que Benveniste considera que a linguagem se constitui em relação ao outro. Contudo, em sua incapacidade de investigar a base linguística deste outro, no que resultaria em uma tácita aceitação de um outro personalista, ele contenta-se, embora relutantemente, com uma explicação que, conquanto questione seus próprios fundamentos em determinados momentos, depende de uma concepção clássica de subjetividade para ser mantida em sua totalidade. O equívoco em que se baseia a teoria de Benveniste é o fracasso em compreender dois elementos como participantes da mesma estrutura. Distingui-los como elementos é a sua maior contribuição; a tarefa que permanece é a de fornecer a estrutura que os articula, e tal articulação dependerá da redução de algumas das distinções originais. Opor *je/tu* a *il* é despedaçar os pressupostos que fazem da passagem de “eu” para “tu” e de “ele” para “isso” uma progressão inevitável e óbvia, mas ignorar sua inter-relação é ignorar que *eu/tu* tão somente poderão funcionar como as categorias dêiticas para o sujeito da enunciação após a passagem pela terceira pessoa; uma passagem que permite que este pronome assuma formas pessoais e impessoais. Similarmente, o *discours* é determinado em suas formas pela *histoire*, posto que o envolvimento do sujeito da enunciação na *histoire* determina seu aparecimento no enunciado do *discours*.

A inter-relação é analisada em “Communications Linguistique et Spéculaire” de Luce Irigaray (1966). Em meu resumo desta discussão é importante reconhecer que o que está em

questão é uma fábula diacrônica de um funcionamento sincrônico. No desenvolvimento da criança, há um momento em que o bebê (*infans* – incapaz de falar) entra na linguagem. Nesse processo de entrada, o bebê toma consciência de certos lugares que ele, como sujeito, pode ocupar – esses são os pontos de inserção na linguagem. Definitivamente, o processo envolve a aprendizagem de pronomes: a compreensão de que o “tu” com o qual o pai ou a mãe se dirige à criança pode ser permutado por um “eu” em uma situação da qual ela é excluída, isto é, quando os pais falam entre si. Essa constatação é a compreensão de que o “tu” pelo qual se chama a criança pode ser permutado por um “ele” ou “ela”, que é a possibilidade de que o nome próprio seja articulado em um conjunto de diferenças – e que a criança é apenas um significante constantemente definido e redefinido por um conjunto de relações de substituição.

O *eu/tu* binário é transformado a partir de dois termos em uma estrutura relacional pela passagem pelo lugar vazio do “ele” ou “ela”, e é através da experiência desse lugar vazio que a criança entra na linguagem. A passagem por este lugar vazio é a exclusão necessária ao controle adequado da linguagem e a experiência desta exclusão é o primeiro sabor da aniquilação – o momento constitutivo em que a entrada na vida humana é precedida por uma viagem pela morte. Eis, portanto, o que confere à linguagem sua qualidade assustadora: a experiência do signo implica uma castração ao nível linguístico; uma castração reconhecida nas representações medievais da gramática. O principal texto de descrição medieval das artes liberais foi “De Nuptiis Philologiae et Mercurii” (“O casamento de Filologia e Mercúrio”), de Martianus Capella. Curtius faz uma síntese minuciosa: na falta de uma noiva, Mercúrio é aconselhado a se casar com a erudita donzela Filologia. A maior parte do poema é dedicada à admissão de Filologia à categoria dos Deuses:

Filologia é adornada por sua mãe Phronesis e saudada pelas quatro Virtudes Cardeais e pelas três graças. A pedido de Athanasia, ela é forçada a vomitar vários livros para se tornar digna da imortalidade. Ela então ascende ao céu em uma liteira carregada pelos jovens Trabalho e Amor e pelas donzelas Epimelia (Aplicação) e Agrypnia (mais especificamente, os Trabalhos Noturnos e o sono reduzido do trabalhador intelectual) (Curtius, 1953: 38-39).

O aparecimento da Gramática é mais relevante para uma compreensão metafórica do processo recém-traçado: “a Gramática aparece como uma mulher de cabelos grisalhos, de idade avançada, que se vangloria de ser descendente do rei egípcio Osíris. Mais tarde ela morou muito

tempo na Ática, mas agora aparece em trajes romanos. Ela carrega uma urna de ébano, contendo uma faca e um fichário para operar cirurgicamente os erros gramaticais das crianças” (Curtius, 1953: 38-39).

Para aceder ao mundo da ausência – ao mundo do signo onde uma coisa pode representar outra – devemos ferir perpetuamente, se não destruir, um narcisismo que tornaria o mundo dependente de nossa presença. Este processo é também o engendramento do “um” da identidade num movimento contraditório pelo qual essa ausência é assumida e nomeada; nomeação que lhe confere uma unidade e uma identidade, uma presença. O nome próprio transforma-se de conjunto de qualidades físicas na marca enumerável de uma ausência. O nome é aquilo que marca a exclusão do sujeito do âmbito em que ele se constitui, e essa exclusão é constantemente revivida no progresso através da linguagem. Quando as regras de substituição são dominadas, a criança vê-se dividida entre dois mundos: o mundo da enunciação, onde ela está constantemente em jogo como significante; e o mundo do enunciado, onde ela está constantemente organizada como significado.

A grande contribuição de Benveniste foi ter distinguido dois diferentes eixos da língua, a enunciação e o enunciado, mas sua exposição da relação entre eles é viciada pela aceitação acrítica da noção de sujeito. Consequentemente, a relação entre o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado permanece obscura. A *histoire* e o *discours* distinguem-se pela presença do sujeito da enunciação no *discours* e sua ausência na *histoire*. Entretanto, essas considerações demonstram que:

- (1) o sujeito do enunciado ocorre no âmbito da terceira pessoa porque, mesmo que não haja aparição direta nos pronomes do enunciado, o sujeito se constitui no significante;
- (2) o *discours* depende da *histoire*, mais evidentemente porque os predicados que podem ser anexados aos nomes próprios determinarão o lugar dos pronomes no *discours*.

A inter-relação entre *discours* e *histoire*, bem como o crucial papel dos nomes próprios nesta inter-relação, são evidentes no que denominei texto realista clássico (MacCabe, 1974; 1979). É através da determinação das possibilidades de predicação que o romancista pode produzir os julgamentos morais dos *discours*. O que pode e o que não pode ser dito no *discours* é

determinado pelas articulações da *histoire*. Uma consideração acerca do exemplo de Benveniste em Balzac nos permitirá compreender este funcionamento:

Após uma volta pela galeria, o jovem homem *olhou* alternadamente para o céu e para seu relógio, *fez* um gesto de impaciência, *entrou* numa tabacaria, *acendeu* um charuto, *parou* diante de um espelho e *contemplou* seu traje, um pouco mais rico do que permitem as leis do bom gosto na França (1). *Ajustou* o colarinho e o colete de veludo preto sobre o qual se *cruzava* uma daquelas grandes correntes de ouro feitas em Gênova; então, depois de ter lançado sobre o ombro esquerdo o casaco forrado de veludo com um só movimento, dobrando-o com elegância, *retomou* a caminhada sem se deixar distrair pelos olhares que *recebia* da burguesia. Quando as lojas *começaram* a se iluminar e a noite *pareceu* suficientemente escura, *dirigiu-se* à praça do Palais-Royal como um homem que *temia* ser reconhecido, pois contornou a praça até a fonte para poder alcançar, encoberto pelas carruagens, a entrada da rua Froidmanteau (1971: 208).

Benveniste destaca todas as ocorrências dos tempos verbais da *histoire* (em itálico) e, para a única ocorrência de um tempo presente, acrescenta como nota de rodapé (1): “Réflexion de l’auteur qui échappe au plan du récit.”, i.e., “Reflexão do autor fora do escopo da narrativa.”

O momento crucial desta passagem é aquele que Benveniste reconhece como uma fuga à sua divisão: o momento em que Balzac intervém para nos informar que as roupas do jovem estão um pouco exageradas. Benveniste argumenta que este tempo presente se relaciona diretamente com o autor e é independente da narrativa. Porém, isso é ignorar a extensão pela qual a figura do autor pode ser uma função da narrativa. A introdução de um tempo presente localiza o autor como onisciente no presente. Tal posição, no entanto, não encontra sua autoridade no tempo presente e tampouco na figura histórica de Honoré de Balzac, mas, sim, na riqueza de aoristos detalhados que garantem a verdade da narrativa e, por metonímia, de seu escritor. A relação entre os tempos verbais neste tipo de romance, ou melhor, nesta prática de escrita, não é de separação ou de divisão, mas de solidariedade. Se o aoristo for excluído da fala, esta ausência se torna a garantia da verdade da forma escrita. E é esta verdade que justifica os tempos presentes que ocorrem no interior de um romance.

A distinção de Benveniste entre os tempos verbais encontra sua base não em determinadas características gramaticais do verbo, mas em uma certa prática de escrita que trouxe em sua esteira determinadas características gramaticais. Uma prática é definida como uma transformação do material ao longo do tempo, e uma prática de escrita é uma transformação constante, um trabalho sobre o material significativo da língua. Nesta perspectiva, podem-se aventurar certas explicações históricas do sistema verbal do francês. Em particular, poder-se-ia

situar a exclusão do aoristo da fala e a ascensão do romance como acontecimentos contemporâneos. Quanto à situação contemporânea: embora Benveniste forneça um relato sincrônico perfeitamente satisfatório de um sistema estável, isso não significa que o aoristo não esteja ameaçado de extinção. Se Benveniste está certo ao criticar a noção aceita de que o aoristo está sucumbindo a algum processo natural inexorável, é importante reconhecer que nos últimos quarenta anos (e particularmente nos últimos dez) surgiram diversas práticas de escrita que apontam para a ruptura do estável sistema que Benveniste descreve.

Em seu primeiro romance, “L’Étranger”, Albert Camus escreveu uma narrativa que evitou sistematicamente o aoristo e, na esteira do livro de Camus, uma variedade de ideologias anti-aoristo foram articuladas. A recusa em usar o aoristo foi teorizada em termos de autenticidade existencial (é o tempo verbal que o sobrecarrega com um passado que esgota a sua definição), de uma sensibilidade mais estrutural (é o tempo verbal do romance em que se recusa a ser escrito) e de uma recusa política das divisões sociais e educacionais inscritas na língua francesa (o aoristo é um tempo verbal “elitista”)⁷. A *histoire* e o *discours* dependem de uma distinção entre um uso da língua a partir do qual o sujeito falante é excluído e um uso de língua em que o sujeito possa identificar seu lugar. O desvio pela psicanálise demonstra que a identificação do lugar pelo sujeito é a experiência da exclusão e suas modalidades. Não podemos encontrar uma linguagem independente da subjetividade, nem uma subjetividade independente da linguagem, mas devemos tentar compreender a sua constituição conjunta.

A análise de Benveniste é um passo vital e relevante na tentativa de compreender os mecanismos linguísticos através dos quais o “eu” e o “isso” se formam e se reformam: o processo pelo qual uma subjetividade é produzida acompanhada de sua constante subversão. Mas se a distinção de Benveniste é de uma importância tão crucial, é necessário reconhecer que, na medida em que suas próprias tentativas para a desenvolver lançam mão dos termos da filosofia clássica, o linguista é muitas vezes forçado a regressar, contra suas teses explícitas, a uma

⁷ A prática da escrita da história é tão específica quanto a do romance. A suposição de que o passado tem sua própria ordem independentemente de sua enunciação presente encontra-se desafiada na famosa tese de Walter Benjamin: “Articular o passado historicamente não significa reconhecê-lo 'como realmente foi' (Ranke). Significa apoderar-se de uma memória enquanto ela irrompe em um momento de perigo. O materialismo histórico deseja reter a imagem do passado que inesperadamente aparece para o homem destacado pela história em um momento de perigo (1973: 257)”. Tal concepção da história terá um efeito evidente na distribuição dos tempos verbais no interior de um texto específico.

concepção de linguagem como um espelho transparente entre sujeito e objeto, mero reflexo para mundos constituídos fora de suas operações.

Zellig Harris e a constituição do *corpus*

Hoje é evidente que para a linguística se constituir como uma ciência foi necessário abandonar as preocupações normativas. No entanto, essas podem rapidamente ser recuperadas dentro de uma teoria espontânea “objetivista” da ciência, ignorando o jogo complexo de teorias e práticas que foram realinhadas pela revolução saussureana. Se, até então, o gramático se preocupava em estabelecer as regras e os meios de expressão em referência a um ideal de excelência, então inevitavelmente a sua preocupação era com textos de extensão considerável nos quais esse ideal de excelência pudesse ser demonstrado com referência a efetividades específicas. Uma vez, porém, introduzida a noção de *langue* como sistema, a língua é estudada em termos das operações que permitem a possibilidade da produção específica de sentido e não mais em termos de um sentido cuja produção é função da língua. Neste ponto, o texto deixa de ser um objeto para o linguista uma vez que o conjunto de sistemas que permitem a combinação e a substituição regular é menor que o texto. Para além da sentença, abandonamos o domínio da *langue* para adentrar o mundo de uma subjetividade plena, onde a *langue* está simplesmente a serviço da *parole*. Jakobson, em uma famosa passagem, assim afirma:

Há uma escala ascendente de liberdade na combinação de unidades linguísticas. Na combinação de traços distintivos em fonemas, a liberdade do usuário é nula; o código já estabeleceu todas as possibilidades que podem ser utilizadas na língua em questão. Na combinação de fonemas em palavras, sua liberdade é fortemente circunscrita; limita-se à situação marginal da criação de novas palavras. As restrições para o falante são menores quando se trata da combinação de palavras em sentenças. Mas, finalmente, na combinação de sentença em enunciados, a ação das regras restritivas da sintaxe cessa e a liberdade de cada falante aumenta substancialmente, embora ainda não se deva subestimar o número de afirmações estereotipadas (Jakobson, 1963: 47).

Esta crença na liberdade criativa do indivíduo ao nível supra-sentencial (liberdade limitada apenas por aquilo que garante a sua realidade – o risco do estereótipo) viciou efetivamente a maior parte do trabalho realizado por linguistas em análise do discurso, ou, como

também se diz, linguística textual⁸. Se a ambiguidade lexical do termo discurso indica que as funções articulatórias e intersubjetivas da língua não passam da mesma coisa, que são as principais articulações da língua que fornecem o campo para o aparecimento da subjetividade, o exemplo de Benveniste prova que, enquanto o problema do sujeito permanecer sem solução, a análise colapsará novamente nos pressupostos do conceito saussuriano de *parole*. Para fazer análise do discurso devemos partir do *insight* de Lacan de que a linguagem opera numa contínua má interpretação da sua constituição, má interpretação essa que é a emergência do sujeito.

Nesta perspectiva, o trabalho de Zellig Harris proporciona um início muito mais promissor em sua recusa resoluta de qualquer problemática da subjetividade, embora verificaremos também como esta recusa bloqueia o desenvolvimento dos procedimentos de análise do próprio Harris. Para Harris, o fracasso da linguística em ultrapassar o limiar da sentença pode ser atribuído ao fato de que gramáticas eficazes podem ser constituídas sem o fazer. Em sua preocupação de propor uma análise que vá além da sentença, o ponto de partida de Harris é uma definição de discurso como “fala ou escrita conectada”, uma definição que parte da ênfase oposta à intersubjetividade de Benveniste. Harris acredita que existem regularidades e restrições a serem descobertas ao nível do discurso e, para mais, que estas descobertas relacionarão a linguagem com sua situação cultural: o problema da subjetividade.

Porém, o problema da subjetividade é postergado para uma etapa posterior da análise, que deve se iniciar pela investigação formal de textos específicos. Harris determina a escolha de textos específicos como *corpus* com base em duas considerações. Primeiramente, a descoberta de regras gerais que superem a sentença é inviável devido à heterogeneidade do uso da língua; somente dentro de textos isolados é que as regularidades se tornam perceptíveis. Em segundo lugar, em relação à questão da subjetividade e da língua, Harris defende que a relação do discurso com seu contexto cultural deve ser examinada em casos específicos porque essa relação se altera em cada um deles. Desse modo, ao focar em um texto contínuo, a análise discursiva possibilita a criação de regularidades que vão além da sentença e, concomitantemente, a oportunidade de analisar as relações dessas regularidades com as condições de produção do texto. O método não pressupõe conhecimento prévio exceto o reconhecimento das fronteiras

⁸ Essa liberdade será frequentemente teorizada em termos de suas limitações em uma variedade de perspectivas sociológicas, mas nunca é radicalmente questionada na colocação da subjetividade como um efeito da discursividade. Gadet e Pêcheux (1977) oferecem uma visão abrangente da situação contemporânea na linguística.

morfêmicas mas, na realidade, Harris emprega conhecimentos gramaticais para construir classes de equivalência mais amplas, conceito que abordaremos dentro em breve.

Ao concluir a introdução, Harris sintetiza seu posicionamento da seguinte maneira: “Apontamos dois problemas: o das relações distributivas entre as sentenças e o da correlação entre a língua e o contexto social. Sugerimos que é possível obter informações pertinentes a esses dois problemas através da análise formal de segmentos de discurso individualmente” (Harris 1952: 4-5). Voltaremos a esses raciocínios após examinarmos os procedimentos de Harris. Os métodos distribucionais para análise do discurso propostos por Harris originam-se dos apresentados em sua obra “Methods in Structural Linguistics”, publicada no ano anterior, embora escrita bem antes (posteriormente, foi reeditada como “Structural Linguistics”). Lyons caracteriza a metodologia como segue:

[...] partia-se do pressuposto de que a função primordial da 'linguística estrutural' era desenvolver uma técnica ou procedimento que, ao ser aplicado a um *corpus* de expressões comprovadas e minimizando o uso dos julgamentos do informante sobre 'semelhança' e 'diferença', pudesse assegurar a extração das regras gramaticais diretamente do *corpus* (Lyons, 1968: 157).

Isto é, iniciando a partir de um *corpus*, fruto da compilação de enunciados produzidos por membros de uma mesma comunidade linguística em um mesmo período, o analista distribucional, descartando quaisquer explicações baseadas em função ou significado, tenciona subdividir o *corpus* com base em contextos ou *ambientes*⁹. Descrever um ambiente é detalhar o que vem antes e o que vem depois de uma unidade específica. Surge então o problema de organizar as ocorrências de unidades em ambientes semelhantes, visando elaborar um relato da distribuição de uma unidade. Se imaginarmos uma língua parecida com o inglês, mas na qual, para simplificar, o adjetivo sempre viesse antes do substantivo e nunca se apresentasse isoladamente, uma gramática distribucional a representaria apenas como uma unidade A (Adjetivo) que precede invariavelmente outra unidade S (Substantivo), sendo que esta última poderia ocorrer sem a unidade A.

Esse é, precisamente, o método adotado por Harris, com a condição de que o *corpus* seja composto por um único texto pela necessidade de evitar critérios que venham de fora da língua (incluindo o sentido) em sua especificação. Dado o propósito claro de formar classes com

⁹ Grifo do autor.

ambientes idênticos e considerar sua ocorrência dentro de um texto específico de modo que padrões e regularidades possam ser analisados, o trabalho de Harris se dedica a traçar as dificuldades inerentes à análise. Se seguidos à risca, os métodos distribucionalistas limitariam a análise apenas aos textos mais simplificados, já que não há tantas repetições idênticas em qualquer uso normal da língua.

Harris busca definir critérios de equivalência que não dependam do sentido. Construir equivalências é parafrasear a frase original até que o elemento sob investigação possa ser isolado na mesma posição que aquele com o qual se quer estabelecer equivalência. Esse processo pode parecer um tanto circular. Harris comenta:

O critério não é mera consideração externa como a obtenção da cadeia mais extensa possível, mas a consideração intrínseca de encontrar alguma distribuição padronizada dessas classes. Em outras palavras, buscamos formar classes que apresentem uma distribuição interessante ao nosso texto em particular. Isso pode parecer uma salvaguarda circular na construção de cadeias de equivalência. No entanto, isso apenas significa que, quando precisamos decidir se devemos estender uma cadeia de equivalência mais adiante, devemos ter a precaução de considerar como o novo segmento se adequará ao nosso texto analisado conforme representado na nova classe. Esse tipo de análise ocorre na linguística descritiva quando precisamos decidir, por exemplo, até que ponto dividir uma sequência fonêmica em morfemas (Harris, 1952: 12).

Ao rearranjar a posição das frases, consideramos insubstancial a ordem horizontal dos segmentos da sentença. Nosso objetivo, contudo, é construir uma ordem vertical que revele, na distribuição regular das classes de equivalência, certas sistematicidades no discurso que não eram claramente perceptíveis. Ao determinar as classes de equivalência, a divisão das sentenças em segmentos é crucial porque “não queremos apenas as mesmas classes distribucionais, mas a mesma relação entre essas classes.”

Critérios gramaticais geralmente oferecem as divisões necessárias, mas alguns casos permanecem problemáticos. Um exemplo de Harris para tal dificuldade é a sentença “Casals who is self-exiled from Spain stopped performing after the Fascist victory.” [Casals, que se autoexilou da Espanha, parou de se apresentar após a vitória fascista.]. O problema, para Harris, é se “who” [quem] dá continuidade ou repete “Casals”: “Se ‘who’ [quem] continua Casals, temos um intervalo, com a primeira seção (C) sendo ‘Casals who’ [Casals, que], enquanto a segunda seção (S) é “self-exiled... stopped” [se autoexilou... parou...]. Se ‘who’ [quem] repete Casals em vez de continuá-lo, temos dois intervalos, um embutido no outro: o primeiro consiste em Casals

(novamente C) mais ‘stopped performing’ [parou de se apresentar] (marcado como S); o segundo consiste de ‘who’ [quem] (considerado um equivalente de Casals) mais “is self-exiled” (S)’ [se autoexilou (S)'].

Para Harris, a escolha simplesmente depende de podermos encontrar elementos da segunda metade da sentença ocorrendo isoladamente. E Harris considera essa questão relativamente desimportante: “A única diferença entre considerar um elemento dependente como uma continuação e considerá-lo como uma repetição é o número de intervalos – um ou dois nos quais se pode analisar o todo” (Harris, 1952: 16-17).

Os comentários de Harris ignoram a importância da escolha de análise. Para analisar as regularidades de ocorrência, precisamos saber o que pode ser tomado como uma classe de equivalência e que um predicado com dois verbos pode não ser equivalente a outro com um. De fato, neste caso particular, estamos lidando com uma sentença para a qual é extremamente improvável que se possa estabelecer quaisquer classes de equivalência dada a definição original do *corpus* de Harris. Isso porque, neste trecho, Harris apenas trata superficialmente do problema das orações subordinadas adjetivas; um problema que é fundamental à compreensão do discurso.

Tradicionalmente, as orações subordinadas adjetivas são classificadas como restritivas e explicativas. A oração subordinada adjetiva restritiva não pode ser removida da sentença onde aparece sem que haja uma mudança de significado, já que ela determina um dos termos da oração principal. As gramáticas transformacionais tendem a analisar as orações subordinadas adjetivas restritivas em termos de uma estrutura subjacente na qual a oração subordinada adjetiva é vista como uma sentença integrada a um sintagma nominal na estrutura profunda (cf. Huddleston, 1976: 101-109). Assim, uma análise da sentença “Mary believed the rumour that John had started” [Mary acreditou no boato que John havia iniciado] resulta na sentença “John started the rumour” [John iniciou o boato] como dependente de “the rumour” [o boato] na estrutura profunda. Por outro lado, a oração subordinada adjetiva explicativa pode, em princípio, ser abstraída da sentença sem uma mudança subsequente de significado, como em “Moses, who was a prophet, led the Jews out of Egypt.” [Moisés, que era um profeta, conduziu os judeus para fora do Egito.] Aqui, a oração subordinada adjetiva não identifica uma parte constituinte da oração principal.

Tradicionalmente, as gramáticas gerativas analisam tais sentenças em termos de coordenação em vez de subordinação, com duas sentenças separadas na estrutura profunda. Contudo, essa distinção gramatical não é nada clara se considerarmos o funcionamento discursivo da oração subordinada adjetiva. No exemplo supracitado “Casals who is self-exiled from Spain stopped performing after the Fascist victory.” [Casals, que se autoexilou da Espanha, parou de se apresentar após a vitória fascista.], o segmento “who is self-exiled” [que se autoexilou] não identifica o sujeito da sentença porque um nome próprio não pode ser identificado para além de si mesmo. Um nome próprio é justamente uma identificação e nada mais, o indicativo enumerável de uma ausência específica. Mas, se considerarmos a sentença sobre Casals, podemos reconhecer que a oração principal e a subordinada iniciam uma relação que produz algo além de suas asserções separadas. O que é asseverado é uma relação de consequência que escapa à nossa análise gramatical. O exílio de Casals e sua recusa em se apresentar estão interligados.

De fato, são as orações subordinadas adjetivas que proporcionam um eixo central no funcionamento dos discursos, e isso se dá justamente porque elas produzem alguns dos efeitos subjetivos essenciais do discurso, efeitos esses que os exemplos de Harris ilustram de maneira evidente, apesar de Harris nunca se deter explicitamente sobre eles¹⁰. Em resumo, e seguindo os argumentos apresentados por Michel Pêcheux em “Les Vérités de la Palice” (1975), podemos descrever a oração subordinada adjetiva explicativa em termos de um discurso que se volta sobre si mesmo e fornece constantemente uma série de equivalências para os termos que utiliza. A oração subordinada adjetiva explicativa evidencia uma alternativa que expressaria o mesmo, mas de maneira distinta, e é essa possibilidade de alternância, desse leque de alternativas, que estabelece os efeitos de sentido e subjetividade e a sua necessária certeza.

O sentido não surge com cada palavra, mas é produzido através de um conjunto de alternativas no interior de um discurso. É essa possibilidade que cria o efeito de que “eu” estou no controle dos meus discursos, que eu digo o que digo porque posso sempre voltar e oferecer um conjunto de alternativas explicativas: Moisés – um profeta – o dirigente dos judeus na saída do Egito etc.

¹⁰ Essa ênfase política da análise do discurso é ainda mais evidente (embora ainda não seja explícita) na análise detalhada de um artigo da revista “Commentary” que Harris publicou no mesmo ano (1952b: 474-494).

A oração subordinada adjetiva restritiva, em contrapartida, é o ponto de interseção e homogeneização de dois discursos pela ação da própria subordinada. Analisando o exemplo de Harris, notamos que a operação discursiva consiste em entrelaçar os discursos político e musical em torno do nome de Casals. É essa “união” que a análise convencional de nomes próprios e orações subordinadas encobre ao tratar a relação entre Casals e a oração subordinada adjetiva explicativa, e, portanto, de mera coordenação. Afinal, os elementos da sentença estão atrelados pela consequência subentendida entre o exílio e a recusa em se apresentar, consequência que sustenta uma condicional “Se alguém é músico (se alguém é Casals), então se autoexilaria da Espanha e cessaria suas apresentações.”

A demonstração de que essa relação de implicação está no modo indicativo é que, ao rejeitar o condicional, tendemos a questionar a sentença indicativa. O texto produz uma cumplicidade com seu leitor que proporciona o mecanismo para entender a mudança de *histoire* para *discours* (nos termos de Benveniste) previamente discutida. A partir do nome próprio, formula-se uma afirmação geral que, por sua vez, permite a substituição por “tu” ou “eu”. Com efeito, ao considerarmos a recusa dessa cumplicidade, fica evidente o que está em risco: “Ele não se importa com a Espanha”, “Ele só quer ganhar mais dinheiro”, “Ele é só um artista”.

Um outro discurso nos resgata de uma identificação que rejeitamos. Harris se oporia veementemente ao argumento que acabei de delinear porque parti do pressuposto de que é possível especificar discursos independentemente da análise. No entanto, logo nos deparamos com os argumentos a respeito da constituição do *corpus*. Restringindo-se a um texto isolado, Harris não consegue avançar muito em sua meta explícita de relacionar as regularidades supra-sentenciais à conjuntura cultural.

É deveras questionável que a escolha de um texto singular como *corpus* possa ter alguma justificação que não a ausência de uma alternativa evidente que constituiria o *corpus* independentemente de considerações acerca do significado. Todavia, assumir essa postura é desconsiderar a realidade das instituições sociais, qualquer que seja a análise, e negligenciar as instituições implica no perigo de reintroduzir o significado no domínio da linguística (na forma de uma semântica universal de cunho logicista qualquer).

A inauguração da linguística por Saussure configura-se em uma separação dupla. De um lado, ele isola a *langue* de quaisquer questões de subjetividade (esta subjetividade não é

questionada, mas simplesmente realocada no âmbito da *parole*). De outro, ele afasta a *langue* de todas as demais instituições sociais por conta de uma relação clara e específica entre meios e fins presente em todas as instituições sociais, com exceção da *langue* (cf. Saussure, 1972: 110).

O equívoco acerca das instituições é a contrapartida do erro que estabelece a *parole* como a esfera de uma subjetividade pura que controla a linguagem. Supor que os meios sejam diretamente vinculados aos fins nas instituições e que tenham sua origem em alguma “natureza” é uma ingenuidade que já não se sustenta 60 anos após a morte de Saussure. Tanto as análises marxistas quanto as sociológicas recusam tal transparência às outras instituições.

O funcionamento de uma instituição não pode ser reduzido aos seus fins, e esses fins não são tão facilmente especificáveis como Saussure parece ter imaginado. Um dos “meios” mais importantes dentro de qualquer instituição é a língua, e se admitirmos que as operações da língua não podem ser reduzidas aos fins institucionais, explícitos ou não, então é possível perceber como se pode especificar um discurso institucionalmente enquanto ainda é incapaz de responder a quaisquer perguntas sobre o funcionamento específico e a efetividade desse discurso. É esse funcionamento e efetividade que o método de análise de Harris oferece a possibilidade de investigar.

Obviamente, a estrutura discursiva assim analisada retroalimentará a análise social original de algumas maneiras. O que a análise do discurso deve desvendar são os distintos métodos linguísticos de identificação no interior de um discurso específico. I.e., identificar onde o discurso pode dobrar-se sobre si mesmo e propor alternativas (o trabalho da consciência de resgatar conteúdo do pré-consciente) e onde momentos constitutivos de fusão não permitem a investigação sem comprometer sua identidade (o inconsciente do discurso).

Os argumentos desta seção são tomados diretamente das obras do filósofo e linguista francês Michel Pêcheux (1969; 1975)¹¹. Pêcheux argumentou consistentemente que a linguística se estabelece ao se distanciar de qualquer conceito de “sujeito” ou “instituição” e que a recusa de tais teorizações ao nível linguístico provoca o reaparecimento do sujeito, sujeito esse que

¹¹ Por motivos de clareza, não destaquei as mudanças na posição de Pêcheux. De fato, há uma diferença considerável entre a “Analyse automatique du discours” (1969) e os dois textos de 1975: “Les Vérités de la Palice” e “Mises au point et perspectives de l'analyse automatique du discours” (texto escrito com a linguista Catherine Fuchs). A diferença encontra-se na mudança da análise de discursos definidos por meio de uma sociologia das instituições para a análise de formações discursivas definidas através das lutas políticas e ideológicas contemporâneas (cf. Pêcheux, 1978).

assombra a linguística sob a forma de uma semântica universal. Ademais, ele sustenta que a única forma de afastar a semântica como uma ameaça à linguística é fornecer uma descrição da eficácia do discurso que demonstrará como processos discursivos específicos funcionam a partir de uma base linguística para produzir efeitos discursivos específicos.

As formações discursivas podem ser especificadas em termos de uma análise social e ideológica, mas essa especificação não evidenciará seus modos de funcionamento. Esses modos de funcionamento, por outro lado, podem expor falhas na especificação original (Pêcheux, 1978). O método de Harris representa o primeiro passo em direção à capacidade de analisar os processos discursivos específicos, mas, sem uma teoria da ideologia, ele não consegue delimitar um *corpus*. Para mais – e este é o segundo maior argumento contra o método original –, ele é incapaz de perceber o problema de determinar quais sequências novas podem ser criadas no interior de um discurso e quais não podem¹².

Michel Pêcheux e a política do significante

O argumento do presente artigo até agora foi o seguinte: ao examinar a distinção de Benveniste entre *discours* e *histoire*, descobre-se que, apesar da aparente base na gramática e, particularmente, nos tempos verbais do francês, essa distinção repousa sobre uma noção não examinada do sujeito que transforma um conjunto específico de práticas linguísticas (principalmente práticas de escrita) em um conjunto de relações eternas entre sujeito e linguagem que reproduz a distinção da lógica retórica – tradicional ao pensamento ocidental desde o século XVII.

No entanto, no decorrer de sua investigação, Benveniste distinguiu duas relações diferentes com a linguagem – o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado – que são de fato centrais para uma compreensão do funcionamento da linguagem. Benveniste pensava que se poderia especificar usos da linguagem nos quais o sujeito da enunciação não estivesse envolvido

¹² O método formal de Pêcheux superpõe subsequências com contextos similares em vez de estabelecer a cadeia de equivalências. Portanto, é necessário considerar a relação dentro dessas subsequências que foram agrupadas juntas (Haroche, Henry, Pêcheux, 1971: 104-105).

(o que é a própria definição de *histoire*). No entanto, uma reflexão acerca da perspectiva psicanalítica do sujeito contradisse tal posição.

O cerne crucial na aquisição da linguagem (aquisição que, sob essa perspectiva, deve ser considerada constante, interminável) é o momento em que a criança percebe a substitutibilidade sistemática dos pronomes. Esse momento introduz, para empregar a terminologia lacaniana, o grande Outro, uma introdução compreendida não como o encontro com os pais ao nível da demanda, mas como o encontro com o cuidador primário como o local da linguagem e do desejo que ultrapassa qualquer declaração específica de demanda.

Esse encontro gira em torno do discurso dos pais sobre a criança e é essa experiência de articulação que produz o sujeito dividido (barrado, cindido) da psicanálise: por um lado, o falante está envolvido no jogo dos significantes, das oposições diferenciais que produzem significado independentemente da atividade do indivíduo e, por outro, a criança assume seu lugar como o “eu” da experiência e da linguagem, o sujeito unificado da filosofia clássica e da linguística moderna. (O âmbito e as modalidades desta divisão podem ser compreendidos como congruentes com a divisão que localiza a criança tanto no movimento ao longo do jogo do desejo dos pais, uma multiplicidade de posições, quanto em seu lugar apropriado, sua sexualidade significada).

Antes de prosseguir, pode ser útil considerar, mesmo que apenas para rejeitar, um argumento que sugere que essa perspectiva é apenas outra versão da gênese do sujeito e, como todas as outras, pressupõe o que prova, necessitando de um sujeito já existente que então se reconhece como sujeito. Já que, segundo o mesmo argumento, para se garantir o reconhecimento deve haver um sujeito pronto para reconhecer sua própria essência. Mas, se é assim, fica implícito que tal essência deverá ser autônoma de sua emergência na linguagem.

Uma característica do homem (i.e., o inconsciente) passa a ser o princípio determinante da linguagem. A resposta a isso é que tal reconhecimento não é o reconhecimento de uma essência, mas o reconhecimento da possibilidade de outro significante. Como tal, não se trata de definir o homem com um inconsciente e depois discutir a linguagem, mas de defini-la de tal maneira que haja inconsciência para quem deseja falar. É o reconhecimento da divisão do sujeito na linguagem que permite ultrapassar a distinção entre retórica e lógica para flagrar o sujeito em jogo em todas as funções da linguagem.

O artigo de Harris propõe uma técnica para tentar compreender mais detalhadamente a relação entre enunciação e enunciado. Contudo, embora tenha o imenso mérito de recusar a

concepção clássica do sujeito, falha miseravelmente em apresentar uma definição mais adequada do sujeito. Esta debilidade afeta a análise de Harris no âmbito da constituição do *corpus*: a ausência de qualquer teoria da ideologia ou das instituições conduz a um empirismo trivial que não assegura uma investigação consistente da “correlação entre a língua e a situação social”.

A obra de Pêcheux ao longo da última década encerra a mais séria tentativa de desenvolver as técnicas de Harris alinhadas a uma teoria do discurso que leva em conta o sujeito dividido da psicanálise, bem como o lugar da língua na luta de classes, onde a língua não é somente o instrumento da comunicação, tão estimada pelos teóricos da linguística, mas também o instrumento da não-comunicação, tão necessária para as divisões do capital moderno. O trabalho de Pêcheux, no entanto, é marcado por um ressurgimento do modelo retórica/lógica, um ressurgimento que corresponde a uma mal resolvida dificuldade política com a teoria lacaniana. Nesta última seção, pretende-se esboçar os argumentos que Pêcheux elabora em “Les Vérités de la Palice” e apontar suas debilidades¹³.

O ponto de partida de Pêcheux é a fragilidade das posições marxistas que, revestindo-se de uma ou duas observações retiradas de “A Ideologia Alemã”, aceitam sem reservas a totalidade da estrutura da teoria das comunicações, que inclui emissores e receptores autônomos utilizando códigos para a transmissão de mensagens. Pêcheux destaca que a língua funciona tanto como comunicação como não-comunicação e que, ao se transitar da morfologia e da sintaxe para o significado, é necessário deixar para trás a noção de *langue* com a qual cada falante mantém uma relação semelhante e levar em conta formações discursivas, espaços específicos de comunicabilidade que estabelecem tanto o emissor quanto o receptor e que definem a adequação das mensagens.

Fundamentalmente, Pêcheux preocupa-se em estabelecer os momentos em que uma teoria científica da formação social, no caso, o marxismo, aproxima-se intimamente ao funcionamento discursivo da linguagem. Ele realiza essa tarefa por meio de uma extensa discussão sobre as análises de orações subordinadas adjetivas desde o tempo de Port-Royal, uma discussão que culmina, conforme observamos anteriormente, com a demonstração de que as distinções entre as orações relativas só podem ser compreendidas em termos de função discursiva, não gramatical.

¹³ Essas críticas devem muito à resenha de Jean Louis Houdebine sobre Pêcheux e à autocrítica do próprio Pêcheux, que aparecerá como um apêndice na versão em inglês de “Les Vérités de la Palice” (1980).

A análise das sentenças em Port-Royal parte da premissa de que é possível compreender o funcionamento da linguagem, sua gramática, em termos de operações mentais, as quais se resumem essencialmente a apenas uma: a predicação.

Esse posicionamento subordina a ordem da gramática e da retórica à ordem do pensamento (uma lógica aristotélica renovada) e permite que Arnauld e Lancelot estabeleçam uma distinção precisa entre orações subordinadas adjetivas no que diz respeito à determinação do sujeito da oração principal. Se o sujeito é determinado pelo pronome relativo, então o pronome relativo atua simplesmente como um auxílio na identificação do sujeito e, como tal, pode ser compreendido como parte de uma retórica que, para Port-Royal, passa a se definir nos termos de uma pedagogia. Em contrapartida, se o sujeito puder ser identificado de forma independente (como um nome próprio, por exemplo), a oração subordinada adjetiva representa um ato de julgamento autônomo que deve ser compreendido à luz da lógica geral de julgamento.

Na gramática de Port-Royal, o problema do sujeito da enunciação não existe. O mundo e sua representação existem independentemente da enunciação linguística e, assim, por exemplo, os pronomes podem ser explicados com base na economia e na polidez (seria rude, afinal, repetir incessantemente o próprio nome – o pronome “eu” evita tal desconforto social). Porém, com Leibniz e os empiristas britânicos no século seguinte, a relação entre mundo e representação se torna menos segura e o problema do lugar do sujeito como movimento entre ambos, i.e., entre mundo e representação, faz-se dominante.

Leibniz resolve este problema criando uma infinidade de mundos possíveis onde as aparentes alternativas apresentadas pela linguagem encontram solução caso se ocupe a posição de Deus. A posição de Leibniz o leva, significativamente, a considerar como restritivas todas as orações subordinadas adjetivas ligadas a nomes. Isso resulta em uma multiplicação considerável da população, já que existem tantas pessoas quanto nomes próprios seguidos por orações subordinadas adjetivas. O John Smith em “John Smith que saiu de casa esta manhã...” já não é o mesmo John Smith em “John Smith que almoçou no McDonald's à uma da tarde...”.

Para entender essa multiplicidade de mundos possíveis em que a representação se torna transparente mais uma vez, precisaríamos ser Deus. Enquanto Leibniz solucionava a questão ampliando a realidade para preencher nela o espaço reservado para a linguagem, os empiristas britânicos empenhavam-se em restringir a realidade à ótica do sujeito. É o sujeito que se torna a fonte de uma linguagem encarregada apenas de representar suas necessidades ou impressões de

sentido. Dessa forma, em vez de nos encontrarmos em um mundo de necessidade leibniziana, tal como fôssemos Deus – quiséramos! –, habitamos um mundo onde tudo não passa de ficções ou construções úteis.

Observamos nas análises de Leibniz e dos empiristas britânicos uma passagem do problema sobre o necessário e o contingente para o problema do subjetivo e do objetivo, um dilema que persiste nas filosofias da linguagem até os dias de hoje. O que Pêcheux procura demonstrar através de uma série de leituras históricas é que as questões filosóficas tradicionais sobre a linguagem são produzidas no interior de problemáticas epistemológicas e, também, que tanto as versões racionalistas quanto empiristas da linguagem tomam como ponto de partida uma recusa a entender o desenvolvimento histórico da ciência como um conjunto de lutas teóricas com condições de existência específicas.

A tese de Pêcheux consiste na indispensável conexão entre a filosofia da linguagem e a epistemologia. Sem uma compreensão adequada do desenvolvimento da ciência, estamos condenados a uma filosofia da linguagem que reproduzirá incessantemente as categorias idealistas de sujeito e objeto em detrimento de se voltar para o problema do discurso e das formações discursivas. Para Pêcheux, este mal-entendido constitutivo da ciência pode ser resumido em duas categorias: a do realismo metafísico ou do empirismo lógico:

[...] as teorias empiristas do conhecimento, tanto quanto as teorias realistas, parecem ter interesse em esquecer a existência de disciplinas científicas historicamente constituídas em benefício de uma teoria universal de ideias, seja na forma realista de uma rede *a priori* e universal de noções básicas, ou na forma empirista de um procedimento administrativo aplicável ao universo, este tido como uma coleção de fatos, objetos, eventos ou atos (Pêcheux, 1975: 68).

Para Pêcheux, a discussão moderna que exemplifica o problema da linguagem em relação à ciência é a de Frege e, em particular, suas críticas dirigidas a Husserl acerca do *status* da aritmética. Para Husserl, o sujeito é a fonte e o princípio unificador das representações, enquanto que, para Frege, o sujeito é o portador das representações, as quais não cria nem unifica. Não obstante, se Frege triunfa em deslocar o sujeito em sua discussão sobre ciência, ele falha em compreender a necessidade de teorizar a produção do sujeito na linguagem.

No lugar de uma teoria como essa, encontramos o sonho da produção de uma linguagem da qual todas “imperfeições” foram removidas, um sonho ao qual não se pode objetar na medida

em que incorpora um desejo de libertar a matemática dos efeitos da linguagem. Todavia, esse sonho recai nas preocupações tradicionais se interpretado como o desejo de libertar a linguagem de suas próprias imperfeições¹⁴.

Novamente o funcionamento das orações subordinadas adjetivas promove um eixo para debate filosófico. Frege estava preocupado com sentenças como “Aquele que descobriu a ordem elíptica dos planetas morreu na pobreza”. O problema, na visão de Frege, é que não se pode desenredar logicamente a oração principal da subordinada uma vez que a veracidade ou falsidade da oração principal depende do fato de que a oração subordinada tem uma referência. Para Frege, o funcionamento da língua produz uma ilusão: uma afirmação de existência pressuposta. Aquilo que para Frege trata-se de uma lamentável imperfeição da linguagem, para Pêcheux representa a demonstração do funcionamento da língua enquanto discurso. De fato, tais sentenças exemplificam por excelência como o discurso é capaz de gerar, em um domínio de pensamento, outro domínio de pensamento como se este já houvesse sido previamente introduzido.

No discurso, não há um começo para o sujeito, que invariavelmente já encontra a si e a seus discursos no lugar. É o funcionamento particular da oração subordinada adjetiva que Pêcheux usa como justificativa para a tese defendida por Althusser em seu ensaio “Aparelhos Ideológicos de Estado” (1971) de que o sujeito está sempre previamente interpelado pela ideologia. Para Pêcheux, a base material para a teoria da interpelação de Althusser reside no fato de que o complexo conjunto das formações discursivas (interdiscurso), está constantemente a fornecer posições já disponíveis (pré-construídas) dentro de qualquer formação discursiva específica. Segue-se daí que o que ele cunha interdiscurso é identificado com o Sujeito (com “S” maiúsculo) que Althusser havia utilizado em uma reformulação (cujos problemas investigaremos em breve) do grande Outro de Lacan.

Pêcheux deixa clara a equação entre o Sujeito e o Outro, identificado materialmente com o interdiscurso, e tenta distinguir este efeito da introdução do pré-construído de outra função discursiva da oração subordinada adjetiva que ele denomina efeito de suporte, no qual a oração

¹⁴ Não é contestável que a lógica, como a teoria das linguagens artificiais efetivamente, desenvolveu-se ao tomar a linguagem “natural” como seu material original. Deve-se, contudo, imediatamente acrescentar que esse trabalho sempre e exclusivamente visou libertar a matemática dos efeitos da linguagem “natural” (da maneira como a lógica progressivamente se tornou parte do domínio da matemática), e não de forma alguma para libertar a linguagem “natural” em geral de suas ilusões. Caso contrário, a lógica conteria dentro de si todas as ciências, para voltar uma observação de Frege contra ele mesmo em relação à psicologia. (Pêcheux, 1975: 86-87).

subordinada adjetiva sinaliza um discurso que se volta para si mesmo (como no exemplo de Moisés) e não para a introdução do interdiscurso. Esta função discursiva é identificada com o pré-consciente. Por um lado, podemos identificar o efeito de suporte, o “voltar atrás”, como a construção dos efeitos de sentido e de certeza; a construção ao longo e através das possíveis paráfrases que constituem um discurso. É nessas alternativas (muitas vezes puramente gramaticais) que se pode localizar o efeito de sentido e uma subjetividade completa imaginária – constituída pela própria possibilidade de voltar atrás e reformular. Nas operações do pré-construído, por outro lado, tal paráfrase não é possível porque fazê-la seria sair do discurso e localizar sua constituição inconsciente.

Se este prisma parece fornecer uma explicação da divisão do sujeito na linguagem e relacioná-la aos problemas da análise e luta ideológicas, reconheçamos que o recorte proposto pouco tem a ver com o conceito lacaniano de sujeito, mas, sim, com a construção de um Eu completamente dominado por um Supereu. Uma investigação dos problemas da concepção de Althusser-Pêcheux, no entanto, permite-nos colocar o problema político do conceito lacaniano do significante e do sujeito dividido que ali encontra sua constituição. Em uma análise superficial, Pêcheux poderia ser acusado de não apreender a força do inconsciente freudiano, uma falha cujos efeitos estão na descrição de ambas as funções discursivas.

Se considerarmos o efeito de suporte, em que as relações parafrásticas produzem tanto o sujeito quanto o sentido, podemos observar que mesmo que o sujeito seja produzido como efeito em vez de evocado como causa, trata-se de um sujeito em total controle da linguagem. Não obstante, a situação de paráfrase em que Pêcheux situa tanto o sujeito quanto o sentido atesta por si só o funcionamento de um desejo que está ausente nas formulações de Pêcheux. Isso porque o pedido por uma paráfrase é sempre mais do que uma demanda por esclarecimento que possibilite a produção de sentido intersubjetivo; sempre carrega o desejo de conhecer o outro, o que perturba o sentido ao chamar atenção para o excedente de significantes. Mesmo no âmbito do efeito de suporte, uma parapraxia (ato falho) pode testemunhar a natureza dividida do sujeito.

A construção, por Pêcheux, do sujeito em relação ao sentido, sem a possibilidade de a verdade da linguagem irromper na cena da subjetividade, é complementada por uma perspectiva da construção do inconsciente que, seguindo Althusser, atribui a este toda a potência imaginária de um Supereu onipotente. Se bem lembrarmos do principal cenário do ensaio de Althusser, ele

descreve a ação de um policial que exclama “Ei, você!”, um brado ao qual nossa resposta inescapável seria um índice do fato de que estamos prévia e permanentemente ali, na posição de “você,” e de que somos prévia e permanentemente interpelados pela ideologia.

Se compararmos o confronto deste cenário com aquele delineado por Irigaray – a criança que escuta os pais conversarem sobre ela – notaremos que a narrativa de Irigaray realça que a criança só está presente como significante no discurso dos pais na medida em que é excluída desse mesmo discurso (consciente e inconsciente são produzidos no mesmo jogo elocucional). A versão de Althusser, da qual nada é excluído, não deixa nada inconsciente: o sujeito é reduzido à presença aterrorizada do Eu perante um Supereu imaginário. Houdebine assim argumenta quando insiste que o drama althusseriano deveria ser contado do ponto de vista do policial, com a seguinte diferença: conforme o sujeito interpelado se vira, o policial percebe que interpelou a pessoa errada e, desse modo, até mesmo da posição de autoridade, experiencia o domínio do significante (Houdebine, 1976: 91)¹⁵.

Contentar-se, como Houdebine, com uma condenação condescendente da ignorância de Althusser em relação a Lacan – “ele não leu os ‘Écrits’ adequadamente” – desconsidera a relevância de um equívoco que demanda, precisamente, análise. A reinterpretação de Lacan por Althusser é política e engloba aspectos positivos e negativos intrinsecamente conectados. Negativamente, a identificação do Outro e do Sujeito reprime o Outro como o local heterogêneo de linguagem e de desejo. Longe de manter a ênfase de Lacan sobre a impossibilidade de uma consciência transparente de si mesma, Althusser propõe um sujeito onipotente que domina tanto a linguagem quanto o desejo. A consequência deste domínio é a falta de perspectiva teórica para a luta ideológica contra as ideologias dominantes por não haver o que escape ou reste da produção original do sujeito pelo Sujeito (este pessimismo político coincide com o funcionalismo do conceito de aparelho ideológico de Estado).

Houvesse Althusser somente transposto o conceito lacaniano de Outro para a análise da formação social, ele teria sido capaz de fornecer uma explicação para a construção de ideologias subversivas. Uma interpretação marxista da divisão do sujeito no lugar do Outro teorizaria a assunção do indivíduo ao lugar produzido para si pelo complexo de formações discursivas e

¹⁵ O que Houdebine, no entanto, não acrescenta é que o policial que cometeu esse erro é ainda mais propenso a justificar retrospectivamente sua interpelação. Mas oferecer essa análise arriscaria contradizer a tese política principal (e de fato única) de seu artigo, a saber, que o único agente de repressão na França é o Partido Comunista Francês.

insistiria que esses lugares estivessem constantemente ameaçados e minados por sua instabilidade constitutiva no campo da linguagem e do desejo. Tal leitura do Outro de Lacan ofereceria imediatamente, e em sua própria acepção das ideologias dominantes, uma base material para a construção de ideologias subversivas.

Contudo, e agora chegamos ao aspecto positivo da transposição de Althusser, tal reformulação marxista de Lacan, se desprovida de sua articulação dentro do drama de Édipo, deixaria a formação de ideologias e discursos subversivos à sorte do significante. A posição de Althusser do drama do sujeito na interpelação do policial à identidade pode ser lida como um esforço para questionar o conceito lacaniano do significante na medida em que Lacan deduz o sujeito dividido do próprio fato da linguagem, onde os locais reais de uso da linguagem (família, escola, trabalho) são meras variações desimportantes e sem efetividade na teoria (esta dificuldade aparece dentro da própria teoria lacaniana no estatuto a ser dado aos termos *pai* e *mãe* em relação às identidades biológicas e sociais).

Deslocar a atenção para o local da enunciação é insistir que não é apenas a formação do inconsciente que deve ser teorizada, mas a formação de inconscientes específicos, formação esta não pode ser dividida em componentes sociais e individuais, mas que dramatiza em cada caso individual aquilo que é geralmente inconsciente. Caso se volte, agora, à divisão de Pêcheux das funções discursivas em pré-construídos e efeitos de suporte, pode-se destacar como essa divisão, retificada à luz de nossas críticas à concepção de Althusser-Pêcheux do inconsciente, serve como um dos pontos de partida para a investigação da articulação do geral e do específico no inconsciente. É importante salientar que a divisão de Pêcheux, conforme ele mesmo a formula, resgata uma distinção entre lógica e retórica com o efeito de suporte compreendido como a simples substituição de equivalentes gramaticais (o lógico) em contraste com o pré-construído, que introduz a interferência do ideológico (retórica).

Portanto, mesmo de um ponto de vista estritamente linguístico, temos todas as razões para desconfiar da divisão como ela se apresenta. O problema com o interdiscurso de Pêcheux é que, assim como o policial de Althusser, ele reintroduz o sujeito filosófico, coerente e homogêneo, em um esquema lacaniano que tem como objetivo explícito a subversão desse sujeito. O custo da reintrodução é evidente: o corpo e o desejo desaparecem do esquema. A

incapacidade de conceber a heterogeneidade radical do Outro lacaniano implica que não há nada que reste nesse lugar para funcionar como objeto de desejo.

Um primeiro passo para retificar a posição de Pêcheux exigiria um maior foco nas demais práticas entrelaçadas com o interdiscurso e, especialmente, no posicionamento e na representação do corpo. É através da ênfase no corpo e na impossibilidade de esgotá-lo em suas representações que se pode entender a base material na qual o inconsciente de uma formação discursiva perturba o funcionamento harmonioso das ideologias dominantes. Essa perturbação não é apenas o movimento acidental do significante, mas o posicionamento específico do corpo nas práticas econômicas, políticas e ideológicas¹⁶.

A análise das operações do pré-construído demandará, então, uma atenção muito mais concreta às lutas ideológicas e políticas específicas em que as formações discursivas são articuladas. Se a análise do pré-construído enfatiza sua configuração particular no interior da

¹⁶ É através de uma maior atenção ao posicionamento e representação do corpo que Pêcheux seria capaz de conferir mais peso político ao que é politicamente o mais interessante, ainda que o teoricamente mais fraco, trecho do livro: a discussão da identificação. Pêcheux distingue três formas de relação com uma formação discursiva. Primeiro, a identificação (o “bom sujeito”) que assume, sem problema, as posições oferecidas. Em seguida, em oposição direta, a contra-identificação (o “mau sujeito”) que se identifica através da recusa de um certo discurso, uma recusa que se encontra marcada por uma variedade de funções gramaticais e discursivas, especialmente uma presença aumentada de “deslocadores”: “Suas ciências sociais”, “O que você chama de liberdade”, e a negação deliberada na oração principal de uma existência que é afirmada no pré-construído da oração subordinada: “Aquele que morreu na cruz para redimir o mundo nunca existiu”. Essa posição, que poderia ser politicamente qualificada como a de revolta, é essencialmente defensiva, mas pode se abrir para uma terceira possibilidade: a desidentificação. É esse conceito que é a parte mais vital e menos desenvolvida do trabalho de Pêcheux. Nele, ele tenta descrever aquelas práticas que deslocam o agente dessa posição de centralidade subjetiva que é o resultado tanto da identificação quanto da contra-identificação. Tais práticas são definidas como as da ciência e da política proletária. A dificuldade de Pêcheux é que ele, com razão, acha impossível aceitar uma distinção clássica entre ciência/ideologia ou política proletária/política burguesa, na qual certos recursos universais e formais definem as divisões. Por outro lado, Pêcheux permanece comprometido com uma descrição geral de ideologia e política burguesa, com o resultado de que ideologia e política burguesa tornam-se o inferno eterno ao qual estamos submetidos e suas alternativas são apenas deslocamentos momentâneos para um mundo melhor. A submissão ideológica torna-se assim uma característica da linguagem, enquanto ciência e política proletária são transformadas em agentes efêmeros de graça que nos resgatam fugazmente do pecado da posição do sujeito para a qual inevitavelmente recaímos. As forças e fraquezas da posição de Pêcheux se assemelham às de Althusser. A fraqueza está na identificação de sujeito e Eu, uma formulação dos fundamentos da luta política e ideológica de tal forma que a derrota é inevitável, a força está na colocação do problema da identificação como política e ideologicamente crucial. Para retificar o esquema oferecido por Pêcheux, é necessário enfatizar a incoerência do interdiscurso, uma incoerência fundamentada no posicionamento e representações contraditórias do corpo. É em termos dessas contradições que se pode fornecer uma base material para uma análise da elaboração de ciências específicas (não há necessidade de uma teoria geral da ciência, apenas a especificação dos desenvolvimentos particulares que deslocam e rompem com a centralidade experiencial-perceptual do corpo). Politicamente, o efeito da ênfase no corpo é destacar a importância de uma política de sexualidade como o momento crucial na subversão da demanda do policial por identificação.

formação social, a noção do efeito de suporte deve ser redefinida para considerar aquelas instâncias em que o desdobramento de equivalências gramaticais é interrompido pela irrupção de um desejo que só pode ser interpretado da forma específica que resiste a qualquer relação de paráfrase¹⁷.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, L. (1971) 'Ideology and Ideological State Apparatuses: Notes Towards an Investigation' 121-173 in **Lenin and Philosophy**, Londres.

ARNAULD, A. e LANCELOT (1969) **Republication Paulet with a preface by Michel Foucault**, Paris.

BARTHES, R. (1970) 'L'Ancienne Rhétorique: Aide Mémoire' in **Communications** no. 16: 172-223.

BENJAMIN, W. (1973) **Illumination**, Londres.

BENVENISTE, E. (1971) **Problems in General Linguistics**, Miami.

CUTLER, A. e HIDEISS, B., HIRST, P. Q. and HUSSAIN, A. (1978) **Marx's Capital and Capitalism Today**, 2 vols, Londres.

CURTIUS, E. (1953) **European Literature and the Latin Middle Ages**, Londres.

FUCHS, C. and PÊCHEUX, M. (1975) 'Mises au point et perspectives de l'analyse automatique du discours' in **Langages** no. 37: 7-81

GADET, F. and PÊCHEUX, M. (1977) 'Y a-t-il une voie pour la linguistique hors du logicisme et du sociologisme?' in **Equivalences** no. 2-33: 133-146.

HAROCHE, C., HENRY, P. and PÊCHEUX, M. (1971) 'La Sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours' in **Langages** no. 24: 93-106.

HARRIS, Z. (1952a) 'Discourse Analysis' in **Language** no. 28: 1-30.

HARRIS, Z. (1952b) 'Discourse Analysis: A Sample Text' in **Language** no. 28: 474-494.

¹⁷ O que está em questão aqui talvez seja a prática disidentificatória mais importante da linguagem que Pêcheux deixa de mencionar: aquelas de escrita, geralmente chamadas de “literatura”. Se grande parte da literatura é dedicada a uma rearticulação de identificações sociais cruciais, há certas práticas de escrita que rompem definitivamente com a própria possibilidade de identificação. A “Literatura” pode ser limitada a certas elites em nossa sociedade de classes, mas suas práticas disidentificatórias sobre a linguagem encontram uma ampla circulação social em certas formas de piadas.

- HINDESS, B. and HIRST, P. Q. (1977) **Mode of Production and Social Formation**, Londres.
- HOUDEBINE, J. L. (1976) 'Les Vérités de la Palice ou les erreurs de la police?' (D'une question obstinément forclosée) in **Tel Quel** no. 67: 87-97.
- HUDDLESTON, R. (1976) **Introduction to English Transformational Syntax**, Londres.
- IRIGARAY, L. (1966) 'Communications linguistique et spéculaire', in **Cahiers pour l'Analyse** no. 3: 39-55.
- JAKOBSON, R. (1963) **Essais de Linguistique Générale**, Paris.
- LYONS, J. (1968) **Introduction to Theoretical Linguistics**, Cambridge.
- MACCABE, C. (1974) 'Realism and the Cinema: notes on some Brechtian theses' in **Screen** vol. 15 no. 2: 7-27.
- MACCABE, C. (1978) 'The ideological and the discursive in film: notes on the conditions of political intervention' in **Screen**, vol. 19, no. 4: 29-43.
- MACCABE, C. (1979) **James Joyce and the Revolution of the Word**, London.
- MILLER, J. A. (1966) 'Avertissement' in **Cahiers pour l'Analyse** no. 1: 4.
- PÊCHEUX, M. (1969) **Analyse automatique du discours**, Paris.
- PÊCHEUX, M. (1975) **Les Vérités de la Palice**, Paris.
- PÊCHEUX, M. (1978) 'Are the Masses an Animate Object?' in **Linguistic Variation**, ed. David Sankoff: 251-266, New York (N.B. An exemplary misreading of the humour of the title resulted in this article being published as 'Are the Masses an Inanimate Object?')
- PÊCHEUX, M. (1980) **Stating the Obvious: From Semantics to Discourse** (English translation of 'Les Vérités de la Palice'), Londres.
- SAUSSURE, F. de (1973 [1916]) **Cours de Linguistique Générale**, Paris.

Recebido em:21/10/2025; **Aceito em:** 18/11/2025.